

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Exame de Direito Constitucional Português (15.06.2010)

(Prof. Doutor Tiago Duarte)

I – Defina os seguintes conceitos:

1. Direitos de “liberdade”
2. Lei restritiva de DLG
3. Direitos na reserva do possível

II – Desenvolva o seguinte tema:

O sistema de governo português é considerado um sistema semipresidencial, na medida em que a Constituição Portuguesa incorpora características típicas dos sistemas de governo parlamentares, bem como características típicas dos sistemas de governo presidenciais. Com efeito, o funcionamento do sistema de governo pode variar consoante os protagonistas e as situações conjunturais mas o sistema de Governo só muda se se mudar a Constituição.

semipresidencialismo



DESUREVER

parlamentarismo

presidencialismo



falar aqui
dos fins da
constituição

III – Resolva o seguinte caso prático:

O Governo apresentou uma proposta de lei à AR alargando o conjunto de matérias sujeitas a segredo de Estado, e propondo também o agravamento da pena prevista para o crime de abuso de liberdade de informação. A AR aprovou a referida lei na generalidade e na especialidade, sempre em comissão, tendo a votação final global ocorrido no plenário, sem votos contra e com uma só abstenção, estando presentes 116 deputados. ✓

No dia seguinte a ter recebido a lei para promulgação, o PR decidiu enviá-la ao TC, que não considerou o diploma inconstitucional, o que levou o PR a vetá-la politicamente. A AR decidiu confirmar o voto por maioria absoluta dos 110 deputados presentes, tendo o PR promulgado e referendado o diploma no próprio dia.

Passado uns meses, o Governo decidiu alterar essa mesma lei, na parte criminal, apresentando uma proposta de lei de autorização (ao Governo e às Regiões Autónomas) nesse sentido, que foi aprovada, mas que apenas seria “aproveitada” pelo novo Governo entretanto nomeado e pela nova Assembleia Legislativa Regional entretanto eleita.

A AR aprovou uma lei de bases da energia nuclear, tendo o Governo revogado essa mesma lei por discordar da existência de energia nuclear, o que levou dois deputados a apresentarem uma moção de censura contra o ministro do Ambiente, que foi aprovada por 100 votos a favor e 99 contra. O PR decidiu, então, como último acto antes do fim do seu mandato, dissolver a AR.

Arnaldo foi condenado pelo Tribunal Criminal por crime de abuso de liberdade de informação nos termos da lei em vigor, apesar de o TC já ter julgado essa lei inconstitucional noutro processo semelhante. Arnaldo não conhecia esse acórdão do TC e por isso não o invocou na sua defesa, não sabendo agora se pode recorrer para o TC.

DIPLOMA - 2 matérias

2/3 - matéria 1
maioria simples
ou matéria 2 } especial